

Começa disputa para primeiro-ministro

BRASÍLIA — A prevalecer o modelo parlamentarista que, por quase unanimidade, a Comissão de Organização dos Poderes aprovou no sábado passado, faltam nove meses para o presidente José Sarney indicar seu primeiro-ministro. Ulysses Guimarães, Mário Covas, José Richa e Fernando Henrique Cardoso foram os primeiros nomes lembrados para o posto pelo relator da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral. Mas há outro candidato correndo por fora: o deputado Carlos Sant'anna, líder do governo na Constituinte.

Como ninguém na Constituinte acredita mais numa reviravolta da tendência parlamentarista, que desde abril domina seus trabalhos, duas providências já podem ser tomadas: o presidente Sarney deve começar a trabalhar para fortalecer sua maioria no Congresso e os candidatos a primeiro-ministro devem começar a aglutinar apoios em torno de seus nomes. Mas é evidente que, por ora, ninguém admite publicamente que seja candidato, nem mesmo o deputado Ulysses Guimarães, que é conhecido como candidato a tudo.

Jaburu vazio — “Eu para primeiro-ministro? Não sabia que era candidato, mas acho que ainda não é hora para se pensar nisso. Temos que tentar ainda o presidencialismo”, diz o presidente da Constituinte, que não concorda com a diminuição de poderes do presidente da República prevista no projeto aprovado, de autoria do deputado Egídio Ferreira Lima (PMDB-PE). Por essa fórmula, o presidente fica com 29 atribuições e o primeiro-ministro com 19, mas com a prerrogativa de conduzir a administração federal, decidindo até quem vai ser ministro de Estado.

O futuro primeiro-ministro já tem residência oficial — o Palácio do Jaburu, desocupado com a vacância do cargo de vice-presidente. Deverá despachar no Palácio do Planalto, como fazia Tancredo Neves em 1962, no governo parlamentarista que tinha João Goulart como presidente. Como o projeto deixa poucas atribuições ao presidente, é possível que ele fique com apenas um gabinete no Planalto. Pelo menos é o que entende o senador Mário Covas, para quem, no regime parlamentarista, o presidente deve ficar mais tempo no palácio residencial, no caso o da Alvorada.

Covas é outro constituinte que não se julga candidato, apesar de citado em todas as listas que já começam a aparecer no Congresso. Ele considera até arriscado se falar nesse assunto agora, com o argumento de que o fundamental num regime de gabinete é a correlação de forças.

Modelo viável — Mas, ao contrário de Ulysses, Covas está exultante com o modelo aprovado na Comissão de Organização dos Poderes. “Esse é o modelo factível e eu não pensei que conseguíssemos aprová-lo”. O senador José Richa (PMDB-PR) é presidencialista mas também gostou do projeto. Surpreendeu-se por ter sido aprovado contra os votos, apenas, dos deputados Bocayuva Cunha e Vivaldo Barbosa, ambos do PDT do Rio de Janeiro. “Eu achava que esse parlamentarismo só viria daqui a dez ou 15 anos e levei um susto quando soube que foi aprovado agora”.

Richa teme que a falta de partidos fortes e de uma burocracia estável terminem por comprometer o parlamentarismo, mas entende que o país não está sujeito aos riscos que levaram ao fracasso a experiência de 1961. Para ele, o nome

do primeiro-ministro sairá do PMDB, embora não deva ser necessariamente o seu. Acha que Ulysses Guimarães tem mais possibilidades.

O deputado Bocayuva Cunha está convencido de que o nome de Ulysses faz parte do entendimento que resultou na aprovação da proposta parlamentarista. “Ao falar na homenagem a Felipe Gonzalez, Ulysses já falou como primeiro-ministro e está evidente que houve um conchavo. Por isso, o PMDB aceitou um mandato de cinco anos para Sarney”, denuncia ele.

Embora admitindo que Ulysses tem um estilo mais presidencial, o senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP) também o indica para primeiro-ministro. Mas reconhece que nem assim a escolha de Sarney será fácil. “Isso terá que ser antecedido por uma grande negociação e Sarney terá que ouvir várias lideranças antes de fazer sua indicação”, prevê, acrescentando que a escolha de um primeiro-ministro não tem as características de uma campanha presidencial. “Atualmente, ninguém tem maioria no Congresso. Essa maioria, portanto, terá que ser construída”, sentencia, ressaltando que não é candidato.

O deputado Carlos Sant'anna é o único dos candidatos que acha que a indicação do primeiro-ministro vai depender, antes de tudo, da preferência pessoal do presidente da República. Luta para que Sarney não perca tantos poderes no momento em que o parlamentarismo for instalado. “Tenho certeza de que na Comissão de Sistematização e no plenário conseguiremos alterar esse parlamentarismo, que está forte demais para este país”. Ele diz que não é candidato, mas insiste sempre que Sarney deverá fazer a escolha “a seu alvedrio (arbitrio)”.

Sarney não quer regime que lhe retire poderes

A fórmula parlamentarista aprovada pela Comissão de Organização dos Poderes não tem o respaldo do presidente José Sarney, informou um parlamentar ligado ao governo. A subtração de poderes do presidente da República aprovada na Comissão contraria a fórmula que havia sido negociada entre Sarney e o líder do governo, Carlos Sant'anna, há cerca de um mês. Para Sarney, continua valendo a proposta presidencialista ou, no máximo, um parlamentarismo em que o primeiro-ministro seja indicado pelo próprio presidente da República.

Os termos da negociação que Sarney fez com o líder Carlos Sant'anna envolveram a proposta do jurista Miguel Reale Júnior, assessor do presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães. Por essa proposta, continuam nas mãos do presidente da República todas as atribuições administrativas: é ele que escolhe os ministros, aciona a máquina burocrática e designa o primeiro-ministro, que funciona apenas como uma espécie de coordenador do governo, não como seu chefe.

A proposta de Miguel Reale Júnior foi endossada pelo presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães. Numa reunião com os relatores das oito comissões temáticas, dias atrás, em sua residência, Ulysses expôs a proposta e pediu apoio para ela. “Alguém precisa apresentá-la à Constituinte”, disse. “Deixe que eu apresente”, propôs o deputado Egídio Ferreira Lima (PMDB-PE), relator da Comissão de Organização dos Poderes, que ampliou a proposta parlamentarista.

Barganha — O deputado Albérico Filho, que presidiu a Subcomissão do Poder Executivo e integrou depois a Comissão de Organização dos Poderes, afirma que a proposta de parlamentarismo foi aprovada na comissão “sem interferência do governo e sem consultas ao presidente Sarney”. Albérico, que é primo de Sarney, reconhece que havia “espectadores atentos” dos trabalhos da Comissão, como o líder Carlos Sant'anna, mas ressalva que o presidente Sarney não está comprometido com os termos do relatório aprovado.

— Eu não me submeto a esse acordo, que retira todos os poderes do presidente da República. Só aceito acordos feitos por maiorias — reagiu o deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), expoente da corrente moderada.

O deputado Miro Teixeira (PMDB-RJ), que, em nome do líder Mário Covas, negociou os termos do acordo que levou à votação do parecer da comissão, tem outra opinião: “Eles não formariam maioria para aprovar o mandato de cinco anos para Sarney se não abrissem mão de alguns poderes do presidente da República.”

Covas pede apoio para diretas em 88

Brasília — Luiz Antônio Ribeiro

“Se Deus quiser e vocês nos ajudarem, vamos ter eleições presidenciais no ano que vem”, disse o líder do PMDB na Constituinte, Mário Covas, em discurso na Câmara para mais de 1 mil vereadores de todo o Brasil que participam da “Marcha a Brasília”. O senador, ouvindo o discurso da secretária-geral da União dos Vereadores, Jussara Coni, muito interrompida por aplausos, já havia comentado: “Aí está a verdade. Com as ruas”.

“Não vamos aceitar manobras prorrogacionistas”, garantiu Covas ao discursar. “O povo está se cansando aos poucos daqueles que acham que podem falar em nome do povo. E eu estou dizendo isso a vereadores, que entre os parlamentares são os que mais próximos estão da identidade popular”.

Ele conclamou os vereadores a lutar pela reforma agrária e a pressionar a Constituinte em favor das teses populares. A reunião dos vereadores foi coordenada com a ajuda de parlamentares ligados a Covas, e contou com a presença de apenas algumas lideranças de pequenos partidos. Com seu discurso ele iniciou a campanha junto às bases do PMDB, atitude que prometera tomar caso as teses mais importantes do partido fossem derrotadas na Constituinte.

Sacrifícios demais — Con-



Wilma Maia (E), Covas, Cássio Cunha Lima (em pé) e Lavoisier Maia no encontro da União dos Vereadores

versando com os jornalistas, ele comentou o Plano Bresser frisando as perdas salariais dos trabalhadores: “Acho que é sacrifício demais. Chega, não?” Comentou também a possibilidade de um acordo entre o presidente Sarney e o deputado Ulysses Guimarães, que se tornaria primeiro-ministro após a promulgação da Constituição, e a adoção do parlamentarismo. A articulação vem sendo chamada de “pacto do Diabo”.

“É preciso saber quem é o diabo nessa história”, disse. “Certamente não será Ulysses.” Covas foi ao gabinete de Ulysses em companhia de seus vice-líderes Miro Teixeira (RJ), Euclides Scalco (PR) e Maurício Fruet (PR) para decidir a data da convenção do partido. Não ficou satisfeito com as datas de 18 e 19 de julho: “Eu teria preferido 4 e 5, para ser antes da convenção do PFL”.